



## OFICINAS DE ALFABETIZAÇÃO COM USUÁRIOS DE UM CAPS-AD

LITERACY WORKSHOPS WITH USERS OF A CAPS-AD

Francisco Valberdan Pinheiro Montenegro<sup>1</sup>  
Leandro Sobral de Lima<sup>2</sup>

### Resumo

O presente artigo objetiva relatar uma experiência de intervenção que consistiu na realização de Oficinas de Alfabetização com usuários de um Centro de Atenção Psicossocial para pessoas com necessidades decorrentes do uso de Álcool e outras Drogas (CAPS-AD), ocorridas ao longo do segundo semestre de 2019. Partindo da articulação teórica entre os referenciais da atenção psicossocial e da pedagogia crítica, o artigo apresenta um estudo de abordagem qualitativa, do tipo relato de experiência, no qual se descreve a referida intervenção a partir das informações coletadas através da observação participante. Entre os principais resultados da intervenção estão a formação de vínculos entre os participantes, a constituição de um espaço de aprendizagem coletiva e a significativa adesão dos participantes ao uso de metodologias ativas. Além disso, o estudo depreende a autonomia como ferramenta fundamental nesse processo. Por fim, o artigo argumenta a importância das Oficinas de Alfabetização como recursos estratégicos na clínica ampliada de saúde mental e sinaliza a necessidade de mais estudos sobre a alfabetização no âmbito da atenção psicossocial.

**Palavras-chave:** Palavras-Chave: Oficinas de Alfabetização; atenção psicossocial; CAPS-AD

### Abstract

This article aims to report an intervention experience that consisted of Literacy Workshops with users of a Psychosocial Care Center for people with needs arising from the use of Alcohol and other Drugs (CAPS-AD). Starting from the theoretical articulation between the references of psychosocial care and critical pedagogy, the article presents an experience report type study in which the methodology of participant observation was used. The Literacy Workshops took place throughout the second semester of 2019. Among the main results of the intervention are the formation of bonds between the participants and the constitution of a space for sharing their perceptions about educational processes and exclusion in a literate society. The use of active methodologies in conducting the workshops resulted in satisfactory adherence by the participants. In addition, autonomy stands out as a methodological tool and an important result in the educational practices of young people and adults. Finally, the article argues the importance of Literacy Workshops as strategic resources in the expanded mental health clinic and signals the need for further studies on literacy within the scope of psychosocial care.

**Keywords:** Literacy Workshops; psychosocial attention; CAPS-AD

<sup>1</sup> Programa de Residência Multiprofissional em Saúde Mental da Escola de Saúde Pública Visconde de Sabóia (ESP-VS), Brasil.  
E-mail: tenegrodan@gmail.com. ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-7218-8354>

<sup>2</sup> Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social –MASS da Universidade Estadual do Ceará (UECE), Brasil.  
E-mail: leandro\_liima@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1950-1804>

## INTRODUÇÃO

São escassas as referências sobre processos de alfabetização entre as populações usuárias de substâncias psicoativas assistidas na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). No âmbito da saúde mental, o analfabetismo tem sido abordado por pesquisas que enfatizam, sobretudo, os aspectos epidemiológicos (Barbosa et al., 2020). Alguns desses estudos sugerem uma associação entre os baixos níveis de escolaridade e uma maior prevalência ou incidência de transtornos mentais, caracterizando a privação ao ensino como fator de risco para um diagnóstico psiquiátrico (Gonçalves et al., 2014; Souza et al., 2017).

Em contrapartida, outros estudos problematizam o papel dos determinantes sociais na relação entre os baixos níveis de escolaridade e a saúde mental. Campos e Magalhães (2019), por exemplo, destacam que a intersecção entre privação econômica, baixos níveis de escolaridade e outros marcadores sociais produz vulnerabilidades no curso da vida de uma pessoa. Nessa perspectiva, o analfabetismo é analisado em sua relação com a conjuntura da desigualdade social que, por sua vez, seria um desencadeante de eventos estressores, principalmente pela maior exposição a experiências críticas de vida como a fome e a dor (Campos & Magalhães, 2019; WHO, 2014).

De todo modo, para além de uma discussão em termos de causalidade, cabe observar que é convergente o histórico de exclusão da população não alfabetizada e das pessoas às quais se atribuiu algum diagnóstico psiquiátrico dos processos políticos de decisão; a nível individual e coletivo (Campos & Magalhães 2019). A exclusão também é experimentada na trajetória da população usuária de drogas, conforme demonstra a sua tardia inclusão na pauta sanitária (Adamy & Silva, 2017; Brasil, 2003; Clemente et al., 2013).

Nesse cenário, a Política Nacional de Saúde Mental, que institui uma rede de atenção psicossocial de base territorial e comunitária (Brasil, 2004), bem como a trajetória das políticas de atenção integral à saúde das pessoas que fazem uso de substâncias psicoativas (Brasil, 2003), constituem importantes marcos na construção de políticas públicas mais inclusivas no que diz respeito à saúde mental.

Em relação à educação, um dos marcos no enfrentamento ao analfabetismo foi a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), o qual resultou em programas específicos para a educação inclusiva de jovens e adultos e outras populações com precário acesso à escolarização. Na mesma perspectiva temos a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE) que elege a erradicação do analfabetismo como uma de suas principais metas (Brasil, 2014).

Apesar da implementação de políticas públicas para ampliar o ensino, o Brasil ainda apresenta uma frágil redução na taxa de analfabetismo. Segundo a última Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílio Contínua (PNAD), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2018 o país tinha 11,3 milhões de pessoas com mais de 15 anos de idade analfabetas, o que representa uma taxa de 6,8%, em face a 6,9% no ano anterior (IBGE, 2019).

O panorama apresentado nos parágrafos anteriores evidencia a necessidade de estudos que ampliem a compreensão da interface entre o fenômeno do analfabetismo e a atenção psicossocial, especialmente no âmbito das necessidades decorrentes do consumo abusivo ou problemático de substâncias psicoativas. A persistência das altas taxas de analfabetismo, por sua vez, demonstra a relevância das ações no sentido de fomentar o exercício da cidadania por meio dos processos de alfabetização. Nesse sentido, o presente estudo objetiva abordar a relação entre analfabetismo e saúde mental a partir do relato da experiência das Oficinas de Alfabetização com usuários de um

Centro de Atenção Psicossocial para pessoas com necessidades decorrentes do uso de Álcool e outras Drogas (CAPS – AD).

## **ANALFABETISMO, ATENÇÃO PSICOSSOCIAL E PEDAGOGIA CRÍTICA**

No que concerne à saúde mental, somente a partir da década de 1980 observa-se alguma mudança no modelo assistencial, até então, marcado pelas práticas excludentes de institucionalização, administração indiscriminada de medicamentos e violação sistemática de direitos. Segundo Clemente et al. (2013), historicamente o processo de Reforma Psiquiátrica Brasileira deu-se muito em função da desconstrução dos manicômios como espaço privilegiado para o tratamento do sofrimento mental por meio da implementação de uma rede de serviços substitutivos às internações psiquiátricas.

Os enfrentamentos ao modelo institucionalizante resultaram na emergência das estratégias de Atenção Psicossocial enquanto um novo paradigma assistencial, o qual propõe mudanças nas dimensões epistemológicas, assistenciais, jurídicas e culturais do modo como a sociedade lida com as diferenças (Amarante, 2019). Na substituição do modelo asilar, foi fundamental a paulatina implementação dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) enquanto serviços substitutivos que objetivam evitar as internações ao favorecer o exercício da cidadania e a inclusão social dos usuários e seus familiares (Brasil, 2004).

A lei 10.216/2001 consolida legalmente as conquistas dos movimentos brasileiros de Luta Antimanicomial e Reforma Psiquiátrica, entretanto, as demandas de saúde decorrentes do uso de substâncias psicoativas estão ausentes em seu texto (Brasil, 2001). Apenas posteriormente, com a Portaria 336/2002, que caracteriza as diferentes modalidades de CAPS, os Centros de Atenção Psicossocial para pessoas com necessidades decorrentes do uso de Álcool e outras Drogas (CAPS-AD) foram incluídos como dispositivos da nova rede de saúde mental (Brasil, 2002).

Segundo Adamy e Silva (2017), ao negligenciar as questões relacionadas ao uso de substâncias psicoativas o campo de discussões da Reforma Psiquiátrica originou uma lacuna histórica da qual práticas excludentes têm tentado se apoderar. Somente em 2003, com o lançamento da Política Nacional de Atenção Integral a Usuários de Álcool e outras Drogas, o Ministério da Saúde reconheceu a necessidade de superar o atraso histórico na abordagem ao uso de substâncias psicoativas como questão de saúde pública.

A ausência de cuidados que atinge, de forma histórica e contínua, aqueles que sofrem de exclusão desigual pelos serviços de saúde, aponta para a necessidade da reversão de modelos assistenciais que não contemplem as reais necessidades de uma população, o que implica em disposição para atender igualmente ao direito de cada cidadão. Tal lógica também deve ser contemplada pelo planejamento de ações voltadas para a atenção integral às pessoas que consomem álcool e outras drogas (Brasil, 2003, p.5).

Desde o seu surgimento, compete aos CAPS ofertar um tratamento humanizado de base territorial e comunitária por meio do acolhimento, do projeto terapêutico singular e das demais estratégias da clínica ampliada (Brasil, 2004). Sendo assim, as práticas da atenção psicossocial englobam diferentes atividades terapêuticas como oficinas terapêuticas, grupos operativos, atividades comunitárias, atividades artísticas, terapias farmacológicas, atendimentos individuais e em grupo, atendimento domiciliar e aos familiares (Brasil, 2004).

Por meio de uma abordagem multidisciplinar e intersetorial, as práticas psicossociais valorizam o exercício da cidadania no processo de atenção à saúde dos usuários. Nesse sentido, a política de saúde mental inclui as Oficinas

de alfabetização como uma das possibilidades terapêuticas, pois no seu entendimento essa atividade “contribui para que os usuários que não tiveram acesso ou que não puderam permanecer na escola possam exercitar a escrita e leitura, como um recurso importante na (re)construção da cidadania” (Brasil, 2004, p. 21).

A alfabetização ou a educação de pessoas adultas tem na pedagogia crítica de Paulo Freire um de seus maiores expoentes. Ao criticar os modelos tradicionais de ensino, a pedagogia crítica propõe enxergar a educação como um conceito dinâmico que depende da ação humana. Nessa perspectiva, a aprendizagem seria a ação de um sujeito que interage com outros sujeitos e com o mundo, em um processo de construção do conhecimento que é intersubjetivo e dialógico (Barros, 2018).

A pedagogia crítica se aproxima das práticas da atenção psicossocial ao propor uma relação pedagógica concebida em termos democráticos, na qual o diálogo é encarado como condição para construir o conhecimento (Freire, 2000). Além disso, o compromisso da pedagogia crítica com a transformação das relações de opressão deixa claro um elo importante entre os princípios norteadores da Reforma Psiquiátrica e a proposta pedagógica de Paulo Freire, marcada por seu viés crítico e político (Guimarães et al., 2018).

A apropriação das ferramentas freirianas no âmbito da atenção psicossocial, contudo, não deve reproduzir acriticamente a visão do não-letrado como alguém desprovido de consciência política, que deveria ser transformado pelos saberes que os intelectuais ou educadores críticos garantiriam (Klein, 2000). De todo modo, ao enfatizar a autonomia e os conhecimentos prévios dos participantes, a pedagogia crítica oferece uma contribuição metodológica fundamental para as Oficinas de Alfabetização entre os usuários da atenção psicossocial. Nesse sentido, a articulação entre o referencial epistemológico, ético e técnico da atenção psicossocial e os apontamentos da pedagogia crítica torna-se imprescindível na construção desse estudo.

## METODOLOGIA

Trata-se de um estudo do tipo relato de experiência, de caráter descritivo e ancorado em uma abordagem qualitativa. Na construção desse artigo, a partir das contribuições metodológicas da observação participante (Gil, 2019), abordamos o processo de realização de Oficinas de Alfabetização junto aos usuários de um CAPS- AD, em um município da região norte do Ceará.

A intervenção resultou de uma articulação entre o referido serviço e o Programa de Educação Tutorial (PET) do curso de Pedagogia de uma universidade local. Partindo da constatação de que haviam usuários com dificuldades para ler e escrever ou não assinavam o próprio nome, mas desejavam aprender, o serviço propôs a realização de atividades coletivas que apoiassem os usuários interessados na aprendizagem da leitura e da escrita.

As Oficinas ocorreram nas dependências do CAPS-AD, o qual destina-se ao atendimento de usuários com necessidades decorrentes do uso de substâncias psicoativas. Trata-se de um serviço especializado da Rede de Atenção Psicossocial, acessível por demanda espontânea, encaminhamentos ou agendamentos. À época da intervenção, o serviço era composto por uma equipe multidisciplinar cuja atuação incluía, além dos aspectos diretamente assistenciais, ações de matriciamento em saúde mental junto a outros serviços, bem como equipes da atenção básica.

A intervenção ocorreu entre o final do segundo semestre de 2019 e o início do primeiro semestre de 2020, quando as oficinas foram encerradas em função da pandemia do novo Coronavírus (COVID-19). Conforme pactuado

com os participantes, os encontros ocorriam uma vez por semana e duravam em média três horas. As oficinas se pautavam por um cronograma atualizado mensalmente que buscava sincronizar a proposta da alfabetização ao interesse dos participantes, cujas sugestões eram ouvidas ao final de cada encontro.

Após uma ampla divulgação prévia das oficinas junto ao público do serviço, 10 pessoas demonstraram interesse em participar. Contudo, participavam regularmente das oficinas uma média de 6 a 8 usuários por encontro. Todos os participantes tinham alguma vinculação ao CAPS-AD. Atuaram como facilitadores da intervenção pedagogos em formação, profissionais de saúde do CAPS-AD e residentes multiprofissionais em saúde mental.

A construção dessa proposta de intervenção exigiu, além do planejamento, a leitura prévia sobre os aspectos teóricos, técnicos e assistenciais da atenção integral à saúde das pessoas que fazem uso de substâncias psicoativas, bem como sobre os processos educacionais com adultos. A intervenção preconizou o emprego de metodologias que estimulassem a participação ativa como jogos, colagens e dinâmicas (Sabino et al., 2016). Para concretizar a intervenção foram necessários diversos recursos materiais demandados de acordo com a proposta de cada oficina (papel, lápis, cola, cartolina, pincel, caixa de som e outros).

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Como um dos resultados primários notamos a formação de vínculos entre os participantes logo nas primeiras oficinas. Por meio de atividades como a construção de uma linha do tempo biográfica, os participantes compartilhavam narrativas sobre suas histórias de vida. Ao tocar no ponto da escolarização, os relatos ecoavam o desafio da inserção no cotidiano de uma sociedade letrada na qual as práticas sociais mediadas pela escrita têm um papel determinante.

Sobre a privação ao ensino, Campos e Magalhães (2019), identificam que o abandono ou a interrupção do processo de escolarização frequentemente estava associada a um contexto de desenvolvimento marcado por vulnerabilidades sociais. Nesse sentido, nota-se que as narrativas dos participantes da referida intervenção coincidiam significativamente com as circunstâncias de poucos recursos financeiros e a assunção de responsabilidades parentais ou laborais em idade escolar, entre outras, apontadas no estudo de Campos e Magalhães (2019).

Nesse sentido, ao lograr a constituição de um espaço no qual os participantes puderam compartilhar suas experiências, as oficinas permitiram também o acesso às suas percepções sobre os processos educacionais, os processos de exclusão social, as estratégias de adaptação ou enfrentamento e outros temas significativos na sua trajetória, com relação ao nível de escolaridade enquanto marcador social.

Ao longo da intervenção foi possível perceber nos relatos dos participantes como todos esses elementos interagem vindo, em última análise, a matizar também a sua relação a droga. Essa constatação corrobora os achados de outros estudos como o de Raupp e Schneider (2017) sobre a educação de jovens e adultos e o uso problemático de drogas, no qual as autoras enfatizam o papel dos determinantes sociais de saúde ao argumentar que a articulação entre as vulnerabilidades sociais, como a privação ao ensino e a ausência de suporte social, poderiam influenciar no desenvolvimento de uma relação problemática com as drogas.

Os participantes apresentavam perfis heterogêneos no que se refere aos marcadores etários, sociais e de gênero. Contudo, o grupo era formado em sua maioria por pessoas identificadas com o gênero masculino, com mais de quarenta anos de idade. Embora os participantes tivessem em comum os baixos níveis de escolarização,

apresentavam diferentes níveis de domínio da leitura e da escrita.

Partindo da horizontalidade na relação de aprendizagem como perspectiva metodológica, nos reuníamos em círculo no início de cada encontro para dialogar sobre o cotidiano dos participantes, incluindo os facilitadores, em uma abordagem diferente da hierarquização característica dos processos educativos tradicionais. Aliada ao emprego de metodologias que estimulavam ativamente a participação, como o bingo de palavras e outros jogos, tal abordagem obteve total adesão entre os participantes.

Ao englobar elementos do cotidiano dos participantes, por meio de palavras, temas, músicas e imagens, a oficina buscou não apenas contextualizar seu conteúdo, mas também incorporar os conhecimentos prévios que emergiam através de perguntas geradoras ou ao longo das atividades. No círculo, todos os saberes, no plural, corroboram o processo de aprendizagem, pois “a leitura da palavra não é apenas precedida pela leitura do mundo mas por uma certa forma de ‘escrevê-lo’ ou de ‘reescrevê-lo’, quer dizer, de transformá-lo através da nossa prática consciente” (Freire, 2000, p. 20).

Nas avaliações que os participantes faziam das oficinas ao final de cada encontro, eram compartilhadas abertamente críticas, dificuldades, desafios, sugestões e avanços. Sugestões de temas para as oficinas seguintes e comentários sobre novos aprendizados, como o relato emocionado de uma participante sobre ter conseguido assinar seu nome durante uma atividade, por exemplo, compunham esse momento de finalização das oficinas. Nesse contexto, a avaliação se refere ao processo coletivo de construção das oficinas e não ao exame disciplinar e classificatório do desempenho individual como ocorre nas instituições de ensino convencionais.

Ao longo da intervenção os participantes passaram a sugerir temas cada vez mais voltados à saúde, de modo que as oficinas adquiriram gradativamente colorações de promoção e educação em saúde. Nesse ínterim, os participantes traziam ao círculo seus conhecimentos sobre autocuidado, redução de riscos e danos, alimentação saudável e práticas corporais dentre outros. A socialização desses saberes ocorria perpassada pela trajetória dos participantes, conforme demonstravam ao citar, por exemplo, experiências pessoais, ditados populares, episódios de consumo abusivo de substâncias psicoativas e até informações obtidas pela participação em outros grupos no CAPS-AD.

Os desdobramentos das Oficinas de Alfabetização em atividades de promoção e educação em saúde evidenciam não apenas a dimensão terapêutica das práticas psicossociais, mas também despontam como expressão da autonomia dos participantes na construção do conhecimento. Em uma pedagogia que se pretende democrática a determinação do que será aprendido também passa por um diálogo que contemple a realidade e as necessidades dos educandos.

Nesse caso, a autonomia não é entendida como autodeterminação, mas sim como a potência de um indivíduo ou de uma coletividade gerar as normas para a própria existência a partir da expansão de suas relações sociais (Zambillo & Palombini, 2017). Em seu estudo sobre a autonomia no campo da saúde mental, Zambillo e Palombini (2017), argumentam que o sujeito e o mundo se mantêm em relação de codependência, portanto, a ampliação da autonomia consiste em potencializar a inserção em relações desse tipo. Nesses termos, um maior número de relações em rede implica em mais autonomia.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas discussões efetuadas ao longo desse texto cabe reiterar a importância da dimensão dialógica comum tanto aos processos terapêuticos quanto aos processos de aprendizagem. Na perspectiva de uma pedagogia crítica “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os Homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo” (Freire, 2019, p. 46). A convergência entre a atenção psicossocial e a pedagogia crítica, contudo, ultrapassa o plano epistemológico e alcança o *télos* de uma política de saúde mental que recusa os manicômios através da inclusão (Cardozo et al., 2019).

Mais que simplesmente franquear o acesso à leitura e à escrita, as Oficinas de Alfabetização no contexto da RAPS oferecem uma estratégia eficaz para a reinserção psicossocial dos usuários por meio da linguagem enquanto meio de participação social e exercício pleno da cidadania. Nesse sentido, a experiência relatada nesse estudo aponta para a validade estratégica e complementar dos processos educacionais e de alfabetização com adultos no âmbito da clínica ampliada na atenção psicossocial às pessoas com necessidades decorrentes do uso de substâncias psicoativas.

As discussões apresentadas reiteram, ainda, a condição das práticas psicossociais como um permanente processo de construção no campo da saúde mental. Suplantar as práticas excludentes em favor de uma atenção integral à saúde das populações usuárias de drogas exige uma abordagem transversal capaz de tecer redes que objetivem a garantia de direitos. Tal abordagem complexa inclui ações que entrelaçam campos diversos como saúde e educação, no caso das Oficinas de Alfabetização.

Considerando as limitações inerentes à tipologia deste estudo, a despeito de qualquer pretensão generalizante, seus achados contribuem para ampliar a discussão sobre as possibilidades terapêuticas no campo das práticas da atenção psicossocial. Por intermédio das reflexões construídas ao longo deste artigo foi possível avançar na problematização das relações entre analfabetismo e saúde mental, bem como apresentar uma proposta na qual se buscou responder a essa problemática através de um diálogo entre atenção psicossocial e pedagogia crítica.

Por fim, as discussões proporcionadas por essa intervenção e sua sistematização em um relato de experiência evidenciam a necessidade de mais estudos que abordem não apenas a interface entre educação e saúde mental, mas também as especificidades das diversas populações assistidas pela Rede de Atenção Psicossocial. São necessários mais estudos que se ocupem das implicações da privação do acesso à escolarização no contexto de vida dos indivíduos atendidos pelos serviços de saúde mental, ao invés de encarar os elementos envolvidos nesse fenômeno como mera variável em uma suposta relação de causalidade.

## Referências

Adamy, P.; Silva, R. N. da. (2017). *Redução de Danos e Linhas de Cuidado*. In: Torossian, Sandra Djamboladjian; Torres, Samantha; Kveller, Daniel Boianovsky (Org.). *Descriminalização do Cuidado: Políticas, Cenários e Experiências em Redução de Danos*. Porto Alegre: Rede Multicêntrica.

Amarante, Paulo. (2019). *Saúde mental e atenção psicossocial*. Rio de Janeiro: Fiocruz.

- Barbosa, C. G., Meira, P. R. M., Nery, J. S., & Gondim, B. B. (2020). Perfil epidemiológico dos usuários de um Centro de Atenção Psicossocial. SMAD. *Revista eletrônica saúde mental álcool e drogas*, 16(1), 01-08. <https://dx.doi.org/10.11606/issn.1806-6976.smad.2020.156687>.
- Barros, R. (2018). Revisitando Knowles e Freire: Andragogia versus pedagogia, ou O dialógico como essência da mediação sociopedagógica. *Educação e Pesquisa*, 44. <https://doi.org/10.1590/s1678-4634201844173244>.
- Brasil. (2001). *Lei n. 10.216, de 6 de abril de 2001*. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Recuperado de: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/LEIS\\_2001/L10216.htm#:~:text=L10216&text=LEI%20No%2010.216%2C%20DE,modelo%20assistencial%20em%20sa%C3%BAde%20mental](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10216.htm#:~:text=L10216&text=LEI%20No%2010.216%2C%20DE,modelo%20assistencial%20em%20sa%C3%BAde%20mental).
- Brasil. (2002). Ministério da Saúde. Portaria GM n° 336, de 19 de fevereiro de 2002. *Define e estabelece diretrizes para o funcionamento dos centros de atenção psicossocial*. Brasília: Diário oficial da União.
- Brasil. (2003). *A Política do Ministério da Saúde para atenção integral a usuários de álcool e outras drogas*. Brasília: Ministério da Saúde.
- Brasil. (2004). Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. *Saúde mental no SUS: os centros de atenção psicossocial*. Brasília: Ministério da Saúde.
- Brasil. (2014). *Lei n° 13.005, de 25 de junho de 2014*. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato20112014/2014/Lei/L13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20112014/2014/Lei/L13005.htm). Acesso em: 29/12/2018.
- Campos, I. de O., & Magalhães, Y. B. (2019). Analfabetismo e saúde mental: O discurso de usuários de um centro de atenção psicossocial / illiteracy and mental health: the discourse of users from a psicossocial health care. *Revista FSA (Centro Universitário Santo Agostinho)*, 16(4), pp 151–165. <https://doi.org/10.12819/2019.16.4.8>.
- Cardozo, P. S., Ferraz, F., Yasui, S., Souza, D. F., & Soratto, J. (2019). Agir educativo-comunicativo na relação de assistentes sociais com familiares e usuários: a integralidade no cuidado em saúde mental. *Saúde e Sociedade*, 28(4), 160-173. Epub December 09, 2019. <https://doi.org/10.1590/s0104-12902019190178>
- Clemente, A., Lavrador, M. C. C., & Ramanholi, A. C. (2013). Desafios da rede de atenção psicossocial: Problematização de uma experiência acerca da implantação de novos dispositivos de álcool e outras drogas na rede de saúde mental da cidade de Vitória-ES. *Revista Polis e Psique*, 3(1), 80. <https://doi.org/10.22456/2238-152X.41111>
- Freire, P. (2000). *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. São Paulo: Cortez.

Freire, P. (2019). *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Gil, A. C. (2019). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas.

Gonçalves, D. A., Mari, J. de J., Bower, P., Gask, L., Dowrick, C., Tófoli, L. F., Campos, M., Portugal, F. B., Ballester, D., Fortes, S. (2014). Brazilian multicentre study of common mental disorders in primary care: Rates and related social and demographic factors. *Cadernos de Saúde Pública*, 30(3), pp 623–632. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00158412>.

Guimarães, A. C. A., Veras, A. B. & Carli, A. D. (2018). Cuidado em liberdade, um encontro entre Paulo Freire e a reforma psiquiátrica. *Revista Psicologia e Saúde*, 10(1), 91-103. <https://dx.doi.org/10.20435/pssa.v10i1.696>

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. (2019). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua*. Rio de Janeiro: IBGE.

Klein, R. (2000). *Os discursos da alfabetização de adultos e as representações do sujeito analfabeto*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina –UFSC, Florianópolis, SC, Brasil.

Raupp, L. & Schneider, D. R. (2017). Educação de jovens e adultos e problemas relacionados ao uso de drogas: análise de necessidades psicossociais junto aos núcleos de Florianópolis/sc. *Cadernos Brasileiros de Saúde Mental*, Florianópolis, v.9, n.23, p.204-229.

Sabino, G. F. C. et al. (2016). Do tradicional ao inovador: a lógica de redução de danos na experiência de docência no curso de atenção psicossocial aos usuários de álcool e outras drogas. *Pesqui. prá. psicossociais*, São João del-Rei, v. 11, n. 3, pp. 693-701, dez.

Souza, L. P. S. e, Barbosa, B. B., Silva, C. S. de O. e, Souza, A. G. de, Ferreira, T. N., & Siqueira, L. das G. (2017). Prevalência de transtornos mentais comuns em adultos no contexto da Atenção Primária à Saúde. *Revista Portuguesa de Enfermagem de Saúde Mental*, 18, pp 59–66. <https://doi.org/10.19131/rpesm.019>.

WHO - World Health Organization. (2014). *Social determinants of mental health*. Disponível em: [https://www.who.int/mental\\_health/publications/gulbenkian\\_paper\\_social\\_determinants\\_of\\_mental\\_health/en/](https://www.who.int/mental_health/publications/gulbenkian_paper_social_determinants_of_mental_health/en/). Acesso em: 20 mai 2020.

Zambillo, M. & Palombini, A. de L. (2017). Autonomias errantes: Processos de autonomização em saúde mental. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 22(1), 78-88. <https://dx.doi.org/10.22491/1678-4669.20170009>